

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.553.108 - SP
(2019/0221275-0)**

RELATOR : MINISTRO HERMAN BENJAMIN
AGRAVANTE : HESA 23 - INVESTIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA
ADVOGADOS : RENATO JOSÉ MIRISOLA RODRIGUES - SP174039
: UMBERTO BARA BRESOLIN E OUTRO(S) - SP158160
: BEATRIZ FRANCIS SIMÃO - SP300228
AGRAVADO : MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
PROCURADOR : JOÃO ALEXSANDRO FERNANDES E OUTRO(S) - SP205830

DECISÃO

Trata-se de Agravo Interno interposto contra decisão monocrática (fls. 284-287, e-STJ), que não conheceu do Agravo em Recurso Especial em virtude da ausência de impugnação específica de todos os fundamentos da decisão agravada.

A agravante alega, em breve síntese, que "(...) a não impugnação do argumento referente à multa aplicada nos Embargos de Declaração não pode ser utilizada para não conhecimento do agravo em recurso especial em epígrafe, vez que este aspecto não poderia ser objeto de agravo em recurso especial, sendo a matéria de competência de análise do Tribunal de Origem, caso interposto agravo interno".

Não foram apresentadas contrarrazões (certidão à fl. 298, e-STJ)
É o **relatório**.

Decido.

Os autos foram recebidos neste Gabinete em 12.11.2019.

Inicialmente, observa-se que assiste razão à agravante de que a impugnação da decisão de admissibilidade, quanto à negativa de seguimento em virtude da aplicação do Recurso Especial repetitivo 1.409.357/SC, só poderia ser feita por meio de Agravo Interno, nos termos do art. 1.032, § 2º, do CPC/2015.

A ausência de impugnação do motivo indicado, portanto, não é razão para o não conhecimento do Agravo em Recurso Especial, quando refutados os argumentos da inadmissão do apelo nobre.

Assim, reconsidero a decisão monocrática, para conhecer do Agravo em Recurso Especial, analisando, de logo, as razões recursais.

Na origem, trata-se de Ação Ordinária proposta pela parte recorrente, tendo por objeto a anulação de crédito tributário referente a lançamento complementar de IPTU do ano de 2012.

A parte agravante apresentou Recurso Especial (art. 105, III, "a" e "b", da Constituição Federal) contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo assim ementado:

APELAÇÃO - Ação repetição de indébito - IPTU Complementar lançado depois de construída área - Possibilidade - Observância de lei municipal e CTN - Jurisprudência do TJ - Sentença mantida - RECURSO DESPROVIDO.

Os Embargos de Declaração foram parcialmente acolhidos, apenas para manter a multa fixada pelo Juízo de Primeiro Grau.

Nas razões do apelo nobre, a parte recorrente alega, em breve síntese, violação dos arts. 114, 142 e 144 do CTN; e 80 do CPC/2015; 51 da Lei 4.320/1964. Sustenta: "(...) é ilegal a pretensão do Município de cobrar o IPTU proporcional e complementar sobre a propriedade de imóvel antes da expedição do Certificado de Conclusão, pois a hipótese não reúne as condições definidas em lei para imposição fiscal".

Inicialmente, verifica-se que o Tribunal *a quo* não emitiu juízo de valor sobre os arts. 32, 114, 142 e 144 do CTN; 80 do CPC/2015.

Ressalte-se que não houve oposição de Embargos de Declaração, o que seria indispensável para análise de uma possível omissão no julgado. Perquirir, nesta via estreita, a ofensa à referida norma legal, sem que se tenha explicitado a tese jurídica no juízo *a quo*, é frustrar a exigência constitucional do prequestionamento. Ao ensejo, confira-se o teor da Súmula 282/STF: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada". Precedentes: AgInt no AREsp 886.089/RJ, Rel. Min. Og Fernandes, Segunda Turma, DJe 12.2.2019; AgInt no REsp 1.703.420/RS, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 14.12.2018; AgInt no AREsp 1.237.571/SP, Rel. Min. Assusete Magalhães, Segunda Turma, DJe 25.9.2018; AgInt no AREsp 759.244/RJ, Rel. Min. Gurgel de Faria, Primeira Turma, DJe 5.2.2018.

Mesmo que fosse superado o óbice da ausência de prequestionamento, o apelo nobre não mereceria prosperar.

Ao dirimir a controvérsia, a Corte de origem (fls. 155-160, e-STJ), com base na exegese da legislação municipal (Lei Municipal 15.406/2011), consignou:

[...]

No caso em questão, há lei municipal que fez previsão expressa e anterior da incidência do IPTU no primeiro dia do mês subsequente aquele em que se tem por finalizada a construção que faça alterar o valor venal do bem. Dessa maneira, não há que se falar em violação à Constituição Federal, pois nela não se estipulou que o referido imposto haveria de incidir apenas no primeiro dia do ano civil. Esta, como bem se ressaltou anteriormente, é uma ficção jurídica, e não uma determinação constitucional.

Da mesma maneira, não se vislumbra qualquer violação ao Código Tributário Nacional que se limita a definir como fato gerador do IPTU o domínio útil ou a posse de bem imóvel por natureza ou por acessão

física, como definido na lei civil, localizado na zona urbana do Município.

Portanto, nada há que impeça o Município de São Paulo de realizar a cobrança do IPTU suplementar, desde, é claro, que faça tal previsão em lei.

Assim, ainda que a doutrina tenha se estabelecido no sentido de que as alterações fáticas posteriores ao primeiro dia do ano civil seriam irrelevantes do ponto de vista tributário, não há nenhum impedimento constitucional ou legal para que, ao contrário, tais alterações influam na constituição da obrigação tributária.

E, em verdade, o que se verifica com a cobrança do IPTU suplementar é a adequação do valor do imposto à alteração que sofre o valor venal do imóvel quando finalizada a construção. Assim, tendo sido finalizada em abril de 2012 a construção de um edifício, é correta a adequação do valor do IPTU a partir de maio de 2012, nos termos da lei municipal.

No mais, não há que se falar em bitributação, posto que se trata de complemento ao imposto e não cobrança em duplicidade. Como se não bastasse, os artigos 8º e 9º da Lei Municipal nº 15.406/2011 estabelecem que, para efeito de incidência do IPTU, se presume concluída a obra na data indicada pelo responsável da construção na requisição do certificado de quitação:

[...]

Na linha da jurisprudência do STJ, o Recurso Especial não pode ser utilizado para examinar eventual ofensa a norma de caráter local, por aplicação analógica da Súmula 280/STF: "Por ofensa a direito local não cabe recurso extraordinário":

TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. ITCMD. AUSÊNCIA PARCIAL DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ. ACÓRDÃO FUNDAMENTADO EM NORMA LOCAL. SÚMULA 280/STF.

1. A indicada afronta ao art. 35, I, do CTN não pode ser analisada, pois o Tribunal de origem não emitiu juízo de valor sobre esse dispositivo legal. O Superior Tribunal de Justiça entende ser inviável o conhecimento do Recurso Especial quando o artigo tido por violado não foi apreciado pelo Tribunal *a quo*, a despeito da oposição de Embargos de Declaração, haja vista a ausência do requisito do prequestionamento. Incide, na espécie, a Súmula 211/STJ.

2. Em que pese a Corte estadual ter citado os arts. 38 e 97 do CTN em sua fundamentação, ela não os violou. Ademais, o acórdão recorrido baseou-se precipuamente na Lei 10.705/2000 para explicitar o valor da base de cálculo do ITCMD.

3. Verifica-se que a questão em debate envolve, na realidade, análise de legislação local, o que encontra óbice na Súmula 280 do Supremo

Tribunal Federal ("Por ofensa a direito local não cabe recurso extraordinário"), além de usurpar a competência do STF, no que tange à apreciação de ofensa a dispositivos constitucionais.

4. Recurso Especial não conhecido. (REsp 1.744.718/SP, Rel. Min. Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 13.11.2018)

TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ALEGADA VIOLAÇÃO AO ART. 302 DO CPC/73, QUE CORRESPONDE AO ART. 341 DO CPC/2015, E AO ART. 178 DO CTN. INADMISSIBILIDADE DO RECURSO ESPECIAL, POR INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 280 E 282 DO STF E 7 DO STJ. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

I. Agravo interno aviado contra decisão monocrática publicada em 01/03/2018, que julgara recurso interposto contra decisum publicado na vigência do CPC/2015.

II. Na hipótese, trata-se, na origem, de ação ordinária, ajuizada pela ora agravante, em 13/12/2012, visando o reconhecimento da alegada isenção de IPTU e ISSQN, com base no art. 4º da Lei 3.268/97, do Município de Catanduva/SP, até 17/04/2017, assim como a restituição do suposto indébito tributário, ao argumento de inconstitucionalidade do art. 2º da Lei municipal 3.764/97, por suposta ofensa aos arts. 150, II, da Constituição Federal e 178 do CTN. Após o regular processamento do feito, sobreveio a sentença de improcedência dos pedidos formulados na petição inicial. Interposta Apelação, o Tribunal de origem negou provimento ao aludido recurso, a partir da interpretação da legislação municipal e com base no contexto fático-probatório dos autos, ao entendimento de que não houve preenchimento dos requisitos para a concessão da isenção pleiteada. No Recurso Especial, a parte autora, ora agravante, apontou violação aos arts. 178 do CTN e 302 do CPC/73, este último correspondente ao art. 341 do CPC/2015. O Recurso Especial foi inadmitido, na origem, com fundamento nas Súmulas 282 do STF e 7 do STJ. Na sequência, foi interposto Agravo em Recurso Especial. Na decisão agravada, o Agravo em Recurso Especial foi conhecido, para não se conhecer do Recurso Especial, com fundamento nas Súmulas 280 do STF e 7 do STJ.

III. Em relação à alegada violação ao art. 302 do CPC/73, que corresponde ao art. 341 do CPC/2015, o Recurso Especial é inadmissível, por falta de prequestionamento, nos termos da Súmula 282 do STF.

IV. Quanto à alegada violação ao art. 178 do CTN, o Recurso Especial efetivamente não deve ser conhecido, por incidência analógica da Súmula 280 do STF, pois o Tribunal de origem, ao decidir que a parte ora agravante não faz jus à isenção pleiteada, o fez a partir da interpretação da legislação local (Leis municipais 1.349/73, 3.268/97 e 3.764/2002), de modo que eventual ofensa àquele dispositivo legal do CTN,

se houvesse, seria meramente reflexa, e não direta. Nesse sentido: STJ, REsp 304.753/DF, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, DJU de 18/02/2002.

V. De todo modo, o Tribunal de origem, soberano no exame de matéria fática, deixou consignado, no voto condutor do acórdão recorrido, que "não há que se alegar que a falta de infraestrutura fornecida pela parte ré foi causa de atraso, uma vez que a empresa somente se estabeleceu efetivamente em 2007, data posterior à alteração legislativa, bem como não comprovou nos presentes autos a ausência de infraestrutura no local", e também que a ora agravante "declinou do pedido pericial para comprovação da referida ausência de infraestrutura". Diante dessas premissas fáticas, o conhecimento do Recurso Especial encontra óbice, ainda, na Súmula 7 do STJ.

VI. Agravo interno improvido. (AgInt no AREsp 1.239.609/SP, Rel. Min. Assusete Magalhães, Segunda Turma, DJe 19.6.2018)

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. BASE DE CÁLCULO DO ITBI. ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO LOCAL. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 280/STF. INCIDÊNCIA.

1. O Tribunal de origem, ao analisar a matéria, fundamentou-se nas Leis municipais n. 14.256/06 e n. 11.154/91, assim como no Decreto municipal n. 46.228/05.

2. Incabível, pois, a análise do recurso especial ante a incidência, por analogia, da Súmula 280 do STF, que dispõe: "Por ofensa a direito local não cabe recurso extraordinário".

3. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt no AREsp 992.905/SP, Rel. Min. Og Fernandes, Segunda Turma, DJe 22.3.2017)

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. EMBARGOS À EXECUÇÃO. SUPOSTA OFENSA AOS ARTIGOS 165, 458 E 535 DO CPC. INEXISTÊNCIA DE VÍCIO NO ACÓRDÃO RECORRIDO. IPTU. NOTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE PRESUMIDA. JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE. CERCEAMENTO DE DEFESA. QUESTÃO ATRELADA AO REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA. ÓBICE DA SÚMULA 7/STJ. IPTU. BASE DE CÁLCULO. LEI MUNICIPAL. INTERPRETAÇÃO DE DIREITO LOCAL. ÓBICE DA SÚMULA 280/STF. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. Rejeita-se a alegada violação dos arts. 165, 458 e 535 do CPC, pois não há falar em negativa de prestação jurisdicional, nem em vício quando o acórdão impugnado aplica tese jurídica devidamente fundamentada,

promovendo a integral solução da controvérsia, ainda que de forma contrária aos interesses da parte.

2. No julgamento do REsp 1.111.124/PR, submetido ao rito dos Recursos Repetitivos, (art. 543-C, do CPC), decidiu-se que nos casos de tributos sujeitos a lançamento de ofício, tal como o IPTU, a própria remessa, pelo Fisco, da notificação ou carnê para pagamento, constitui o crédito tributário, momento em que se inicia o prazo prescricional quinquenal para sua cobrança judicial, nos termos do art. 174 do CTN.

3. Para desconstituir as premissas fáticas firmadas no acórdão recorrido no sentido de que não houve cerceamento de defesa no julgamento antecipado da lide, seria necessário o reexame do conjunto probatório, incidindo o óbice da Súmula 7/STJ.

4. O Tribunal de origem afastou a violação do art. 97 do CTN, com amparo em legislação local, sendo inviável a sua análise na via do recurso especial, diante da vedação prevista na Súmula 280 do STF.

5. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 848.952/RS, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 19.8.2016)

Por fim, quanto à interposição pela alínea "b" do permissivo constitucional, o Recurso Especial também não comporta conhecimento.

A recorrente limita-se a afirmar: "A admissibilidade pela alínea "b", do inciso III do art. 105 da CF se faz presente, em razão da flagrante violação ao disposto na Lei Federal 4.320/64 quando do julgamento que entendeu pela legalidade da criação de diversos fatos geradores ao pagamento do imposto em um mesmo exercício fiscal, julgando válido ato de governo local".

Não aponta, porém, nenhum ato de governo local que estaria sendo julgado válido em detrimento de lei federal. Incide, portanto, o óbice da Súmula 284/STF: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia".

Nesse sentido:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL.
AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL.
INFRAÇÃO AMBIENTAL. LEGALIDADE DO AUTO DE
INFRAÇÃO. ALEGADA PREVALÊNCIA DE ATO DE GOVERNO
LOCAL EM DETRIMENTO DE LEGISLAÇÃO FEDERAL.
AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO. DEFICIÊNCIA DE
FUNDAMENTAÇÃO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 284/STF.
CONTROVÉRSIA RESOLVIDA, PELO TRIBUNAL DE ORIGEM, À
LUZ DAS PROVAS DOS AUTOS. IMPOSSIBILIDADE DE REVISÃO,
NA VIA ESPECIAL. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

I. Agravo interno aviado contra decisão que julgara recurso interposto contra decisum publicado na vigência do CPC/2015.

II. Na origem, trata-se de Ação Anulatória, ajuizada pela

parte agravante em face da Fazenda Pública do Estado de São Paulo, a fim de obter a anulação de CDA, sob o argumento da existência de vícios em Auto de Infração, lavrado em razão da manutenção de fonte de poluição, sem a devida licença de operação. O acórdão do Tribunal de origem manteve a sentença, que julgara improcedente o pedido.

III. Inexistente, nos autos, comprovação de que a Corte a quo tenha homenageado ato de governo local, em detrimento da legislação federal, com o fim de viabilizar a admissibilidade do Recurso Especial pela alínea b do inciso III do art. 105 da CF/1988, incide o óbice enunciado na Súmula 284 do STF ("É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia"). Precedente do STJ.

IV. O entendimento firmado pelo Tribunal a quo, à luz das provas dos autos, no sentido da legalidade da multa aplicada, não pode ser revisto, pelo Superior Tribunal de Justiça, em sede de Recurso Especial, sob pena de ofensa ao comando inscrito na Súmula 7 desta Corte. Precedentes do STJ.

V. Agravo interno improvido. (AgInt no AREsp 1.354.353/SP, Rel. Min. Assusete Magalhães, Segunda Turma, DJe 6.3.2019)

ADMINISTRATIVO. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. OFENSA A DISPOSITIVOS E PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS. EXAME. IMPOSSIBILIDADE. DEFICIÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO RECURSAL. SÚMULA 284/STF. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO COMPROVADO. LEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM. EXISTÊNCIA. CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO DE ENSINO PARA ELABORAÇÃO DE PROVA DE CONCURSO PÚBLICO, MEDIANTE DISPENSA DE LICITAÇÃO, NA FORMA DO ART. 13, § 3º, DA LEI 8.666/1993. SUBCONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL SEM VÍNCULO COM A REFERIDA INSTITUIÇÃO. PLÁGIO NA ELABORAÇÃO DAS QUESTÕES. OFENSA AO PRINCÍPIO DA MORALIDADE E EFICIÊNCIA. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA CONFIGURADA.

1. Registre-se, de logo, que o acórdão recorrido foi publicado na vigência do CPC/73; por isso, no exame dos pressupostos de admissibilidade do recurso, será observada a diretriz contida no Enunciado Administrativo n. 2/STJ, aprovado pelo Plenário do STJ na Sessão de 9 de março de 2016.

2. Nos termos do art. 105, III, da Constituição da República, o recurso especial é destinado tão somente à uniformização da interpretação do direito federal, não sendo, assim, a via adequada para a análise de eventual ofensa a dispositivos constitucionais, cuja competência

pertence ao Supremo Tribunal Federal, motivo pelo qual é inviável o exame das teses de afronta a princípios constitucionais, bem como de inconstitucionalidade parcial dos incisos inciso I, II e III do art. 12 da LIA, no que tange às sanções de multa civil e proibição de contratar com o Poder Público.

3. No agravo interno é vedada a inovação de tese recursal. Precedente: AgInt no AREsp 1.061.475/RJ, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, DJe 22/03/2018.

4. A não indicação clara e precisa, nas razões do apelo nobre, do ato de governo local contestado em face de lei federal, nos termos da alínea b do permissivo constitucional, também caracteriza deficiência de fundamentação, nos termos da Súmula 284/STF.

[...]

18. Agravo interno improvido. (AgInt no AREsp 444.558/SP, Rel. Min. Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 30.8.2018)

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC/1973. INOCORRÊNCIA. EXAME DE LEI LOCAL. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 280 DO STF. ATO DE GOVERNO LOCAL. SÚMULA 284 DO STF.

1. O Plenário do STJ decidiu que "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça" (Enunciado Administrativo n. 2).

2. Inexiste violação ao art. 535 do CPC/1973 quando o Tribunal de origem enfrenta os vícios alegados nos embargos de declaração e emite pronunciamento fundamentado, ainda que contrário à pretensão da recorrente.

3. O recurso especial não se presta para revisar acórdão fundado em interpretação de lei local. Inteligência da Súmula 280 do STF.

4. Hipótese em que o Tribunal de origem decidiu pela regularidade do ato realizado pela Prefeitura recorrida com base na interpretação da Lei Complementar municipal n. 38/1997 (Código Tributário do Município).

5. A recorrente não apontou nenhum ato de governo local que estaria sendo julgado válido em detrimento de lei federal, razão pela qual a alínea "b" do permissivo constitucional (art. 105, III, da CF/1988) não serve à pretensão recursal, o que atrai a incidência da Súmula 284 do STF.

6. Agravo interno desprovido. (AgInt no AREsp 650.815/SP, Rel. Min. Gurgel de Faria, Primeira Turma, DJe 19.2.2018)

Por fim, considerando o previsto no Enunciado Administrativo 7/STJ, condeno a recorrente ao pagamento de honorários advocatícios de 10%

Superior Tribunal de Justiça

(dez por cento) sobre o valor total da verba sucumbencial fixada nas instâncias ordinárias, com base no § 11 do art. 85 do CPC/2015.

Diante do exposto, em juízo de retratação, **conheço do Agravo para não conhecer do Recurso Especial. Honorários advocatícios majorados no importe de 10% (dez por cento) sobre o valor total da verba sucumbencial fixada nas instâncias ordinárias.**

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 20 de novembro de 2019.

MINISTRO HERMAN BENJAMIN

Relator